

A MANOBRADA DA COMISSÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Não foi por acaso que o Ministro Honorio Monteiro praticou o "erro" de nomear uma Comissão de Salário Mínimo passando por cima do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal. Obrigado, por esses instrumentos legais, a escolher "dentre os representantes dos empregados e empregadores eleitos por prazo fixado" (art. 88, § 1.º da C.L.T.) os elementos que devem "determinar o salário mínimo capaz de satisfazer... as necessidades normais do trabalhador e sua família" (Art. 157, item I da Constituição) o "grande jurista-consulto" — que é o título que seus fâmulos lhe atribuem — escogitou o meio de invalidar a lei, agindo de modo contrário às determinações desta e permitindo, pois, que os atos porventura emanados da Comissão e sua regulamentação sejam anulados pelos industriais e outros empregadores, por inconstitucionalidade patentes.

Com efeito, a lei exige que os membros da Comissão sejam "eleitos por prazo fixado. Nenhum dos elementos representantes dos trabalhadores na comissão nomeada pelo Ministro Monteiro possui idoneidade para representar suas respectivas organizações, pois nenhum deles foi eleito. Como se sabe, são indivíduos impostos à direção por meio das famigeradas "intervenções". Por outro lado, os representantes das classes capitalistas (dos empregadores segundo a terminolo-

gia oficial), esses sim foram eleitos, pois os industriais, comerciantes, banqueiros etc. podem reunir-se à vontade e com liberdade nesta democracia mutilada que vive no Brasil.

(Continúa na 2.ª pag.)

LONGE DO CONTROLE POPULAR

Os Partidos Conservadores Preparam a Ruína do Povo

No programa político mantido pela Radio Excelsior de São Paulo, o comp. Alípio Corrêa Neto pronunciou, no dia 6 do corrente, a palestra que transcrevemos a seguir:

O ano de 1950 veio encontrar a nossa alta política em francos entendimentos no sentido de orientar o problema máximo da administração do país, ou seja, a sucessão presidencial da república. Não foram tais entendimentos, no entanto, orientados pelos altos interesses do povo. Basta recordar, que, de princípio, assistimos aos arranjos entre os partidos conservadores no sentido de se alcançar a candidatura única, uma como espécie de panaceia miraculosa, capaz de remediar ou mitigar os males nacionais, mas que, no fundo, se prestaria apenas para manter o "statu-quo" de nossa situação econômico-social, onde campeia, domina e pontifica a força dominante dos potentados da fortuna, sufocando, na miséria, o trabalhador esbulhado.

Essa fórmula não conseguiu vencer porque, dentro do objetivo comum da manutenção das instituições reacionárias, restava saber a quem caberia o quinhão mais vantajado, quem seria o afortunado administrador dessa grande fazenda, a que partido político seria dada a ventura de manter a exploração total do homem que trabalha, e poder amealhar as pingues vanta-

gens advindas do poder, exercido dentro dessa ordem administrativa.

Enrolada a bandeira antidemocrática da candidatura única, os partidos conservadores, apoiados pelas classes que, por eufemismo, costumam ser chamadas *produtoras*, recolheram-se a um estado de apatia, sem saberem a orientação a seguir, o rumo a tomar. O picadeiro ficou vazio, mas por pouco tempo, porque outros atores que costumam exhibir-se nos entreatos, vieram logo a público para coordenar as forças políticas, no sentido de apoio a seus próprios nomes. Saídas do palco da sucessão as forças do conservadorismo, entraram a dar seu espetáculo, os propagandistas da demagogia, da pantomina insidiosa e perigosa às classes trabalhadoras.

Nada de prático, como era de se esperar. E' que esses outros, também, são vários, pelo menos dois ou três, cada um procurando aliciar o outro para seu cortejo eleitoral, apartados dos reais interesses populares.

Assim é que 1950 veio encontrar tudo como dantes era, nada feito. Mas o tempo vai passando, o período ótimo da propaganda encurtando-se e

certamente a necessidade fará aparecer uma fórmula qualquer que surgirá bombasticamente como sendo a de salvação nacional, embora não passe de um parto da montanha. Acreditamos que a raiz dessa situação esteja justamente na organização e estrutura de

nossos partidos políticos, ainda não sedimentados.

Realmente, as nossas formações políticas de maior vulto não têm uma organização perfeitamente democrática. Elas são constituídas apenas de seus respectivos diretórios e

(Continúa na 4.ª pag.)

Ademar x Lira

Não há superstição mais lenta, das muitas que se alastram na política brasileira de hoje, do que a de supor que

dinheiro — dinheiro — dinheiro só — faz presidente da República. Muitos milionários tentados pela sedução de simples deputações têm comprado por muitos milhões a derrota — a mais triste e ridícula das derrotas. Ainda que se pudessem comprar os milhões de votos necessários para eleger um presidente, não havia fortuna de milionário que cobrisse o total da transação.

A FARSA SINDICAL NO BRASIL

Continuem os interventores ministerialistas a impedir o livre desenvolvimento da luta sindical no Brasil. Quando não entregam os militantes operários à polícia política, sob a alegação de que estão procurando subverter a ordem, os agentes do patronato, à testa dos sindicatos operários, não se pejam de buscar os mais absurdos argumentos a fim de verem-se livres da presença incômoda daqueles sindicalistas conscientes.

Os eternos basbaques — clientela de todos os demagogos, aventureiros e vigaristas políticos — babam-se de entusiasmo ou tremem de medo — quando adversários — ante a campanha de propaganda governador de S. Paulo. Não atentem em que nem éle próprio acredita em sua candidatura; na realidade o que está "cavando" é a vice-presidência, com quem fôr.

A avalanche de propaganda que preparou a visita do delirante impostor ao Rio apresenta, apenas, por enquanto, para as pessoas de bom senso e de bom gosto, aspectos gra-

(Continúa na 6.ª pag.)

Covarde agressão integralista ao presidente da CM do PSB em Araraquara

Ao encerrarmos os trabalhos da presente edição, tivemos conhecimento do brutal e vil atentado que os integralistas de Araraquara levaram a efeito contra nosso companheiro Renato Correia Rocha, presidente do Partido Socialista naquela cidade paulista. Honrando as tradições de covardia que sempre os distinguiram, os populistas do sr. Plínio Salgado — que agora já não se pejam de chamarem-se integralistas — atacaram, em grupo, o comp. Correia Rocha, quando o mesmo se achava sozinho, e em precárias condições de defesa. Não contentes com a brutal agressão física, numa demonstração do sadio espiritualismo que os anima, os galinhas-verdes do sr. Plínio Salgado perseguiram a tiros nosso valeroso companheiro de lutas socialistas.

Destas colunas de FOLHA SOCIALISTA levamos ao comp. Renato Correia Rocha e a todos os bravos militantes de Araraquara os senti-

mentos de nossa revolta e de nosso protesto.

COMUNICADO DA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

Ciente do ocorrido, a Comissão Executiva Estadual de São Paulo distribuiu à imprensa o seguinte comunicado:

"Acaba de ser comunicada à Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro a notícia de que o socialista Renato Correia Rocha, presidente da Comissão Municipal em Araraquara, foi vítima de vil atentado praticado pelos integralistas, na madrugada de ontem, naquela cidade. Encontrava-se aquele militante socialista, sozinho, em um bar, fazendo uma refeição, quando foi inopinadamente assaltado por um grupo de integralistas, que, depois de inteirar-se de sua identidade, espancou-o, covardemente, e, como a vítima procurasse refugiar-se no fundo do prédio, foi ainda perseguido a tiros pelos asscaes do sr.

Plínio Salgado. Atribue-se mais esse crime dos integralistas à simples iniciativa da direção local do Partido Socialista denunciando a rearticulação dos fascistas indígenas através das fileiras do chamado Partido de Representação Popular, reunido em convenção regional na referida cidade, nos dias 7 e 8 do corrente. Aguardando pormenores a respeito desse vil atentado, que enche de indignação os socialistas e todos os democratas brasileiros, a fim de tomar as providências que o caso exige, a Comissão Executiva Estadual lava o seu mais veemente protesto contra a covardia dos integralistas, solidarizando-se com o companheiro Renato Correia Rocha e demais socialistas e democratas de Araraquara, concitando-os a permanecerem firmes na luta em que está empenhado o Partido Socialista Brasileiro contra a rearticulação do integralismo e demais formas de fascismo no país".

(Continúa na 6.ª pag.)



BALANÇO DE MEIO SÉCULO

Acabamos de viver a primeira metade do século XX. Um balanço dos fatos e acontecimentos significativos que, nesses cinquenta anos decorridos, tiveram lugar, indicará que fomos contemporâneos de espantosas coisas.

A AVIAÇÃO

Entre elas, esta o desenvolvimento da aviação. Chegamos já à aviação dirigida, controlada pelo rádio. Marchamos para os aviões transatlânticos. Não distam as capitais européias mais que vinte e quatro horas do Rio de Janeiro. Não há capital brasileiro que não se encontre ao alcance do Rio dentro de algumas horas de voo. Nestes últimos dez anos, o número de brasileiros, que conhecem de seu país outras regiões que não apenas o respectivo Estado natal, centuplicou graças à aviação. Não é exagero colocar a aviação entre os fatores da unidade nacional.

Determinou ela, entre nós, até consequências políticas muito interessantes, inclusive sobre a força política do presidente da República. É claro que a facilidade de se reunirem no Rio líderes vindos dos Estados permite contratar-se com a do presidente uma expressão política mais viva, mais autêntica, mais autorizada do que aquela que se manipularia através de contactos menos diretos.

DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA

Mas o desenvolvimento da aviação constitui um aspecto do desenvolvimento da ciência, e é no desenvolvimento da ciência que está, de novo, a glória do espírito humano na primeira metade deste nosso século. Tudo nesse sentido pode resumir-se na descoberta e no controle das fontes de energia em geral, de que o controle da energia atômica é o resultado mais recente e mais espetacular.

Se a espécie humana sobreviver por alguns milênios, deve-lo-á acima de tudo à capacidade de descobrir e manipular, a seu serviço, as fontes de energia do universo. Formidável manancial é a natureza, mas a voracidade com que o homem lhe consome as riquezas prova inquietação. Em 1800, o consumo de carvão não ultrapassava 15 milhões de toneladas anuais. Cem anos depois, em 1900, alcançava 700 milhões. Entre 1900 e 1939, atingia 1 bilhão e 300 milhões de toneladas. A medida que o aparelhamento técnico do trabalho se desenvolve, cresce espantosamente o consumo da energia e das matérias primas.

PETROLEO

Vêde o petróleo. Sua produção anual em 1880 era de 3.900.000 toneladas; em 1900 passou a 20 milhões; em 1939 estava na casa dos 285 milhões, para atingir em 1946 a 376 milhões e em 1947 a 410 milhões de toneladas. Em 1944, ano de guerra, só o consumo dos aliados montou a 2 bilhões 550 milhões de barris. Antes da guerra, o consumo total mundial andava por 2 bilhões de barris.

Que imaginários do consumo de energia em uma nação fortemente industrializada? Este exemplo tomado dos Estados Unidos dirá alguma coisa. Calculada em cavalos-vapor a potência dos motores Diesel ali utilizados na indústria, em estradas de ferro, em ônibus e caminhões, teremos a cifra de 20 milhões para 1941 e de 51 milhões para 1947.

OS COMBUSTIVEIS

Sêde de combustível e fome de matérias primas são dois estados típicos da civilização industrial moderna. De onde a luta internacional pelo domínio de suas fontes, porque o poder político, de que o poder militar é a couraça, depende intimamente da posse do combustível e das matérias primas.

A política internacional contemporânea gira, toda ela, em torno do combustível e das matérias primas, pois se há mensagens que transmitir, se há missões que realizar, se há conquistas materiais ou ideológicas que fazer, tudo dependerá de complexa e vastíssima maquinária que, tanto nas tarefas da paz como nas da guerra, se constrói de ferro e de aço e se move graças à energia em todas as suas formas.

AS RESERVAS

As reservas de energia conhecidas são enormes. As de carvão elevam-se ao mínimo de 9 bilhões de toneladas, das quais 3 bilhões 875 nos Estados Unidos e 1 bilhão 675 na Rússia. Ao ritmo da produção atual, há carvão para 80 séculos.

Para o petróleo, são menos otimistas as estatísticas. Divergem os técnicos na avaliação das reservas conhecidas. Garfias e Whetsel, especialistas americanos, calculavam há poucos anos as reservas mundiais em 30 a 35 bilhões de barris, o que daria, no ritmo atual das necessidades, apenas para um consumo de 15 anos. Entretanto, Mather, da Universidade de Harward, avaliou mais recentemente essas reservas em 280 bilhões de barris e Weeks, da Standard de New Jersey, em 600 bilhões.

NÃO HAVERA CRISE DE ENERGIA

Mas, além do carvão e do petróleo, outras fontes de energia estão rapidamente sendo utilizadas, como a electricidade e a energia atômica.

Não há, portanto, em perspectiva crise da energia pela exaustão de suas fontes. As possibilidades de desenvolvimento da civilização industrial praticamente são ilimitadas. Preocupação quanto a esse desenvolvimento viriam antes da situação dos alimentos. Mas, nesse setor, as possibilidades de recuperação do solo, de reflorestamento, de aperfeiçoamento e produção de novas espécies vegetais e animais apresentam-se muito promissoras. Possivelmente, de imediato, a pior calamidade que poderia assolar a terra seria a diminuição crescente e sistemática das chuvas.

DESENVOLVIMENTO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Ao atingirmos a primeira metade do nosso século, verificamos, enfim, que a civilização industrial, típica de nossa era, baseada no uso das máquinas e na utilização da energia, encontra-se, do ponto de vista técnico, aparelhada para desenvolver-se e alargar a área dos seus benefícios, embora, de fato, só pequena parte do mundo se ache no gozo efetivo desses benefícios. Nada menos de 85% da população mundial se localizam nos denominados países pouco desenvolvidos.

A civilização industrial produziu, por sua vez, problemas

de mais larga repercussão. Essa civilização pressupõe uma atitude intelectual antes de tudo propícia ao exame, à investigação, ao domínio da natureza. Ela recolocou a inteligência na primazia que os gregos lhe haviam já assinado, de primeiro, de indispensável elemento na explicação do universo. Ela, a civilização industrial, tornou a ciência elemento tão indispensável à vida dos povos como o patriotismo. Ela, a civilização industrial, favorece a cada passo, em cada passo, em cada detalhe, o apelo à inteligência, à razão. Ela, em suma, criou as primeiras condições para se pôr termo ao milenar, tradicional processo da alienação do homem, permitindo que lhe fosse possível não só iniciar o conhecimento de si mesmo, abrindo sua personalidade, o seu "eu" às investigações e às análises, como igualmente ter consciência da estrutura social de que faz parte, do seu papel, dos caminhos de sua libertação dentro dela.

O PROBLEMA POLITICO DOMINANTE

Um problema político domina hoje a cena do mundo: quem há de conduzir a civilização industrial — se o espírito capitalista, se o espírito socialista.

O espírito capitalista fundou e impulsionou a civilização industrial, porém perdeu a capacidade de a desenvolver na escala e no ritmo que a razão e os sentimentos passaram a exigir. O espírito capitalista "subordina" esse desenvolvimento a um processo acanhadamente evolutivo, pois subordinado aos postulados do seu funcionamento — a "livre empresa" e o lucro.

O espírito capitalista, que já foi revolucionário, é hoje conservador. As condições objetivas do mundo social, todavia, estimularam e alimentam um espírito revolucionário, que o capitalismo não encarna nem exprime mais.

O problema é desenvolver a civilização industrial. Este problema é político e é moral, porque a consciência de um número cada vez maior de indivíduos não admite que as possibilidades de progresso e de libertação contidas na civilização industrial estejam subordinadas ao ritmo e às condições econômicas, sociais e legais que o espírito capitalista quiser ditar.

A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA NO CAPITALISMO

A renda global das 27.500.000 famílias norte-americanas em 1929 totalizava 77.000.000.000 de dólares. Mas, a concentração da riqueza era tamanha que 600.000 famílias, possuindo cada qual delas renda superior a \$ 10.000, recebiam 21.500.000.000 dos 77 bilhões de renda total. Mas 6 milhões de famílias, com a renda média de 1.000 dólares por ano, recebiam apenas 3 bilhões e meio de um total de 77 bilhões.

Essa renda espantosa de 77 bilhões é fruto da civilização industrial. Sua distribuição, porém, é fruto da organização capitalista da economia. Concedamos que o espírito capitalista poderia corrigir os defeitos dessa distribuição, mas só o fará pensando conservadoramente a realidade, dentro dos seus postulados.

PENSAMENTO REVOLUCIONARIO

Há na vida social, porém, momentos críticos em que o pensamento conservador de mudança cede necessariamente o passo do pensamento revolucionário de mudança. Decorre isto de muitos fatores — objetivos e subjetivos. Tais momentos críticos são exatamente os de superação das formas vividas. No instante em que mudar importa em superar, o pensamento político assume necessariamente sentido e alcance revolucionário.

Vivemos socialmente um desses momentos. A liderança da transformação cabe ao espírito político que for capaz de interpretá-la revolucionariamente, isto é, que for capaz de exprimir uma visão de justiça tão profunda que mova as consciências, e os exalte na luta contra o estabelecido. Esse espírito político é o do socialismo.

O FUTURO SÓ E' VIAVEL EM TERMOS SOCIALISTAS

Tentai pensar o futuro em termos capitalistas. Impossível. Pode não resultar previamente muito claro pensá-lo em termos socialistas — a razão, dialeticamente falando, é agora socialista. A unidade por ela restabelecida com os materiais analisados pela inteligência conduz-nos a uma síntese socialista, principalmente pelo que contém de negação do capitalismo.

A deflagração formal, ostensiva, predicante, do espírito socialista com capacidade organizatória verificou-se na Revolução russa. A Revolução russa e a energia atômica são os acontecimentos culminantes desta primeira metade do século. As duas grandes conflagrações de 18 e 39 desencadearam o "fatum" da Revolução socialista. Pensa-se numa terceira guerra para cortar esse destino. Há, contudo, uma coisa que teria de ser mais que dantes levada em conta no desfecho da nova — o espírito revolucionário.

SOCIALISMO DEMOCRATICO E REVOLUCIONARIO

A feição bolchevista assumida pelo espírito revolucionário caracteriza a conduta dos partidos comunistas. Os partidos socialistas, com o Partido Socialista Brasileiro, lutam por imprimir ao espírito revolucionário feição democrática. Feição democrática revolucionária — é mistér não perder jamais de vista.

O DESPERTAR DOS POVOS ASIATICOS

Outro fato culminante da primeira metade do século está no despertar político dos povos asiáticos. A mobilização social e política dos povos asiáticos, sua integração nos esquemas da civilização industrial, constituirá seguramente um dos aspectos dominantes do mundo no próximo século. Mas o despertar político dos povos asiáticos é fenômeno típico do espírito revolucionário do nosso tempo. Tratava-se de superar, não apenas de evoluir. Para as tarefas de superação social e política, só o espírito revolucionário é adequado.

Há outros diversos, numerosos aspectos da vida civilizada contemporânea dignos

de nota, característicos de uma era, de cuja crescente influência muito se terá ainda que dizer. Refiro-me, por exemplo, ao cinema, ao rádio, à televisão.

O HOMEM ESTA APARELHADO PARA ENFRENTAR SEUS PROBLEMAS

O traço mais significativo, talvez, da civilização na primeira metade do século XX está na quantidade de coisas, de meios, de processos, de conhecimentos à disposição do homem para traçar seus destinos, formular suas políticas, elaborar seus propósitos. O homem possui hoje sobre a natureza enorme domínio, de onde haver-se ampliado a esfera de sua liberdade. Conhece-se hoje o homem a si mesmo melhor que no passado, de onde serem mais amplas suas possibilidades de aperfeiçoamento moral.

Ele entra certamente na segunda metade do século XX carregado de problemas, porém mais aparelhado do que nunca para enfrentá-los.

HERMES LIMA

A Manobra da Comissão...

(Conclusão da 1.ª pag.)

Não é muito provável que uma comissão composta de interventores do Ministério do Trabalho e de delegados dos capitalistas faça qualquer trabalho útil para a massa. Mas, mesmo assim, qualquer ato emanado dessa Comissão poderá ser impugnado pelos patrões, pois bastará apelar para a Constituição para que a Justiça dê ganho de causa ao recurso.

É impossível admitir que houvesse engano ou erro inconcidente da parte do Ministro Monteiro. Uma leitura superficial dos textos legais evidencia a flagrante irregularidade do procedimento do ministro, aos olhos de qualquer operário afastado do hábito de ler assuntos legais.

Precisa convir em que o ministro pretendeu entregar às classes dominantes, aos donos de fábrica e de escritórios comerciais, aos banqueiros, etc., o meio mais eficiente de se desfazerem das injunções legais. Ao mesmo tempo, poderá ele afirmar que deu cumprimento às obrigações decorrentes da constituição e da consolidação das leis do Trabalho, pois organizou a tal comissão.

Como se vê, o Ministro Honório Monteiro praticou um ato indecente, do ponto de vista legal e de acordo com os primeiros cânones da moral burguesa. De pouco lhe adianta o inscrever-se como um dos dirigentes da recém-formada "Legião da Decência". O hábito não faz o monge e pelo dedo se conhece o gigante.

F.

Contribuição ao Estudo da Reforma Agrária no Brasil

SOBRE A PROPRIEDADE DO SOLO

N. R. — Damos abaixo, a primeira parte do estudo do comp. Fulvio Abramo, sobre a maneira de processar-se a transferência da terra, das mãos dos seus proprietários particulares para o domínio social. Esse estudo serve como complemento à tese por ele apresentada à IV Convenção Nacional do Partido Socialista, reunida em outubro de 1949, bem como de subsídio à Comissão para o Estudo da Reforma Agrária no Brasil, nomeada pela referida Convenção, e cujos trabalhos se estão processando no Rio de Janeiro.

O panorama agrário brasileiro apresenta características complexas, que o diferenciam do aspecto comum revelado pelos demais países sul e centro-americanos, no sentido de que seus problemas principais não se limitam à existência do latifúndio e à consequente necessidade de sua liquidação. Nas várias zonas de que se compõe, as diferenças de base econômica das respectivas populações; a desigualdade da densidade demográfica; a natureza das explorações; o isolamento ou, ao contrário, a interdependência de seus mercados; a diversidade da formação histórica e da tradição cultural locais condicionam a existência de problemas que não se resolvem pela aplicação de uma única fórmula de propriedade rural (como, por exemplo, a "entrega da terra aos trabalhadores rurais para a formação da pequena propriedade" como pretendem ou simulam pretender comunistas, padres católicos e Getúlio Vargas).

Tal "solução" não resolveria coisa alguma em benefício do bem estar das populações e do socialismo, na região de extração da borracha do Amazônia, ou na zona nordestina de extração da carnaúba, como não adiantaria tampouco aos extratores de mate do Sul do país ou aos boiadeiros do Mato Grosso. A base econômica dessas zonas é puramente extrativa: o produto de troca é geralmente, matéria prima de origem vegetal ou animal, independentemente de sua produção do regime de propriedade do solo: com efeito, as "concessões" da Amazonia e de outras regiões não constituem o fulcro da atividade econômica. A remoção e liquidação do sistema de propriedade privada resolveria a situação se substituída pelo regime cooperativo com liberdade de exploração de territórios delimitados e de racionalização da produção, incompatíveis com a pequena propriedade, em uma região de condições climáticas e geográficas que exigem enorme inversão de capital inicial para o progresso técnico e o aumento da produtividade, os quais constituem, por sua vez, fundamentos da distribuição da riqueza em bases socialistas.

Tampouco solucionaria a pequena propriedade, a situação das zonas que podemos definir como "periféricas", caracterizadas pela distância dos mercados de produção e consumo, pelo isolamento acentuado, pela baixa densidade demográfica e baixíssimo rendimento de produção, só compensados pelo volume da matéria prima ou do produto extraídos.

A fragmentação do solo agrário em pequenas propriedades nas regiões de monocultura tradicional e extensiva (café, cana de açúcar, laranja, banana, etc.) teria como consequência principal a diminuição cada vez mais acentuada do rendimento da produção e a elevação da renda territorial. Em vez de aproximar-nos do socialismo, tal solução

permitiria uma baixa desastrosa, em valor e volume, da produção agrícola, criação de uma mentalidade pequeno-burguesa aferrada à propriedade, lutas sociais e sabotagem econômica contra as classes operárias e médios das cidades.

A pequena propriedade conseguiria manter um equilíbrio, instável e passageiro, em uma época de abolição da propriedade privada dos meios de produção, apenas nas regiões de policultura intensiva, no regime das pequenas granjas e hortas próximas dos centros urbanos, assim mesmo, tão somente enquanto não tivesse de enfrentar a concorrência das cooperativas de trabalhadores rurais dispostas de extensões de solo apropriadas para a produção diversificada, abundante e intensiva ao mesmo tempo.

O problema da propriedade do solo e a questão da posição política dos socialistas em relação aos trabalhadores rurais e suas reivindicações não podem ser abandonados a noções simplistas, nem podem ser separados de uma série muito grande de conhecimentos objetivos sobre as relações entre a infraestrutura técnica da produção agrícola e a infraestrutura da propriedade. Para permanecer no exemplo já citado, não se pode admitir, por assim dizer, que a pequena propriedade tenha a mesma função nos arredores de uma grande cidade industrial e nos margens de um rio distante milhares de quilômetros dos centros de consumo. No primeiro caso, a existência de um mercado consumidor ativo proporciona a possibilidade de produção de espécies vegetais ou animais (legumes, verduras, frutas, aves, abelhas, etc.) de alto valor

unitário, o que permite por sua vez a manutenção de baixa produção volumétrica, compensado pelo preço relativamente alto, recebido no mercado. No segundo caso, a pequena produção é impossível, pois, além da baixa quantidade de produtos alimentícios e outros que o grupo isolado necessitar para seu consumo próprio, não resta ao trabalhador senão a extração de uma matéria prima local, cujo custo inicial seja baixo e, de certo modo, apenas equivalente à inversão de trabalho humano necessário para arancá-lo de seu sítio original. Em se tratando da borracha, por exemplo, a pequena propriedade não permitiria a manutenção de uma família nem sequer por algumas semanas. No Amazonas, Pará e no Maranhão, em certas regiões dos Estados de Goiás, Bahia, Minas Gerais, etc., não é a posse da terra o que primariamente interessa ao trabalhador, mas a possibilidade de extrair a matéria prima em região onde sua riqueza permita a obtenção de um nível superior de rendimento. Os problemas da produção e do bem estar econômico e social do trabalhador não dependem aí de ser a propriedade pequena ou grande, mas da abolição desta e de sua substituição por um regime de organização de trabalho em liberdade. Em outras palavras, é o trabalho cooperativo de grandes lavas de trabalhadores, em áreas determinadas, que poderá resolver, nessas regiões, a luta contra a miséria e o atraso social e cultural e a entrada na etapa da organização socialista da sociedade.

(Continua)
F. ABRAMO.

DOCTRINA SOCIALISTA

AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXISTÊNCIA DA LUTA DE CLASSES

Para mim, a idéia da luta de classes, o princípio da luta de classes, está formado por três elementos, por três idéias. Em primeiro lugar, e a sua raiz, há uma constatação de fato: é que o sistema capitalista, o sistema da propriedade privada dos meios de produção, divide os homens em duas categorias, divide os interesses em dois grandes grupos, necessária e violentamente opostos. Há, de um lado, aqueles que possuem os meios de produção e que podem fazer a lei para os outros; mas, há do outro lado aqueles que, não possuindo, não tendo senão sua força de trabalho e não podendo utilizar a não ser nos meios de produção detidos precisamente pela classe capitalista, estão à mercê dessa classe capitalista.

Entre as duas classes, entre esses dois grupos de interesses, trava-se uma luta incessante do assalariado que deseja aumentar seu salário, e do capitalista que o quer reduzir; do assalariado que deseja afirmar sua liberdade e do capitalista que quer tê-lo sob sua dependência.

Eis aí, portanto, o primeiro elemento da luta de classes. A condição fundamental, que a determina, é o sistema da propriedade capitalista, da propriedade privada. E, tomei bem nota, como aqui se trata dos meios de trabalhar e, por consequência, dos meios de viver, trata-se daquilo que existe para os homens de essencial, de fundamental, trata-se de sua vida privada, da vida

de todos os dias. E, consequentemente, um conflito que tem, como princípio, a divisão da sociedade em possuidores e não-possuidores, não é superficial; ele vai até as raízes mesmas do vida.

Mas, não basta para que haja luta de classes, que exista esse antagonismo entre os interesses. Se os proletários, se os trabalhadores, não concebem a possibilidade de uma

VICISSITUDES DA LITERATURA DIRIGIDA

Valentim Toma

O escritor inglês Priestley, muito conhecido por suas convicções socialistas, por ocasião de uma conferência na Sociedade Fabiana de Londres, anunciou sua irredutível oposição a todas as formas de arte dirigida, como, por exemplo, a da União Soviética e das democracias populares. "Não tenho nenhuma simpatia pela arte do Comitê Central — declarou — sobretudo quando se trata desses imensos quadros que representam o presidente concedendo o secretário geral com a Ordem do Martelo de Ouro ou qualquer outra coisa no gênero".

A submissão da arte nos regimes das democracias populares não se realiza sem certa resistência. O caso mais recente — uma variante menos trágica do conflito Rajk, transportado ao domínio das letras — é a polêmica que o filósofo stalinista Laszlo Rudas dirigiu contra o mundialmente famoso escritor comunista George Lucacs, crítico de arte e célebre historiador da literatura. Os atores dessa disputa são dois homens que, embora pertencam ao mesmo partido dirigido por Matias Rakosi, nem por isso deixam de ser bem diferentes por sua procedência, sua formação e seus horizontes espirituais. George Lucacs pertence à elite intelectual do país. Ainda jovem professor na Universidade de Budapeste aderiu ao movimento operário. Durante o regime dos soviets húngaros,

Bela Kun escolheu-o para comissário da Instrução Pública. Depois do sufocamento da revolução, Lucacs emigrou para a Alemanha e durante o período que se seguiu, o homem político cedeu lugar ao homem de ciência. Lucacs publicou na Alemanha duas obras que o fizeram célebre, e que levam a marca de uma atitude crítica pouco conforme ao rigorismo leninista que já se começava a manifestar em 1922-24. "A Teoria da Novela" é uma análise social-cs-tética da novela, embora em oposição às formas literárias resulta ainda um livro impregnado de espírito universitário burguês e muito afastado do marxismo, segundo autoridade posterior de Lucacs. A dar-lhe crédito, esse sério estudo de sua juventude não é outra coisa que uma prova de desvio de direita, uma desafortunada heresia que o afastava do ortodoxo ponto de vista leninista. Sua segunda obra, "A história e a consciência de classe", oscilante entre as posições teóricas de Lenin e as de Rosa Luxemburgo, é agora rejeitada por Lucacs, por seu desvio para a esquerda. Embarcada no caminho das renúncias ideológicas, Lucacs não terminou ainda suas provas.

No momento da ascensão de Hitler ao poder, Lucacs encontrou abrigo na URSS, justamente no momento em que começavam as depurações e a luta contra todas as extravagâncias liberais. Ao mesmo tempo que descobriam o realismo socialista, os stalinistas russos inauguraram a luta contra o formalismo e contra as correntes de vanguarda como o expressionismo, o futurismo, o simbolismo, o surrealismo, o imaginismo, o neoclassicismo, condenando-as todas como expressões da decadência burguesa. Lucacs, espírito ocidental, duvidou em um certo momento. Mas, os periódicos literários soviéticos, começando pela Literaturna Gazeta denunciaram-no em 1937-8, acusando-o de desvios. Teve de retratar-se apressadamente, e continuou publicando estudos de história literária no espírito das novas ordens oficiais, entre outros um sobre o realismo. No instante em que a democracia popular se instaurou na Hungria, regressou a seu país investido do importante posto de mentor das letras húngaras. Nessa qualidade, publicou não há muito, um livro sobre literatura e democracia, que não é outra coisa que uma compilação de artigos sobre literatura húngara, principalmente. Ora, são esses artigos que motivaram a viva controvérsia de Laszlo Rudas.

Quem é Laszlo Rudas? Esse comunista húngaro instalou-se em Moscou depois do fracasso de Bela Kun. Ali passou por todas as escolas dos professores vermelhos, onde se ensinava a doutrina e a tática do partido. Rudas é, pois, uma criação da atmosfera pseudo-científica dos soviets, impregnado pelo dogmatismo limitado da interpretação es-

(Continua no 6.º pag.)

O VERDADEIRO E O FALSO SOCIALISMO

"Thomas-o-Cínico: Por enquanto, limitemo-nos a definir o pseudo-conceito de socialismo, do qual o fascismo, especialmente o alemão, fez uso em sua propaganda, antes de chegar ao poder. Desculpem-me se eu, para esclarecer conceitos elementares, preciso dar à minha conversa um tom de abecedário. Socialismo significa, essencialmente, socialização. Nacionalização, parcial ou total, não é socialismo. Porque? O capitalismo separou a propriedade dos meios de produção e o trabalho, duas coisas que no regime feudal estavam unidas. O socialismo aspira a reunir, no nível técnico e social que a indústria moderna torna possível, o trabalho e os meios de produção, arancando esses atos particulares e ao Estado, e entregando-os à coletividade trabalhadora. O "socialismo" fascista não é dessa espécie; não é, portanto, socialismo, mas uma mistificação ou um substituto. Tudo aquilo que o Estado totalitário fascista realizou, intervindo na produção, fica, e não pode deixar de ficar, nos limites da separação do trabalho e da propriedade, isto é, fica nos limites do capitalismo. A mistificação do "socialismo" fascista é facilitada pelo fato de que até muitos chamados socialistas deturpam a noção de socialismo, confundindo a nacionalização com a socialização e — ainda pior! — qualquer intervenção do Estado na produção com o socialismo".

IGNAZIO SILONE — "A escola dos ditadores"

As condições necessárias à existência...

(Conclusão da 3.a pag.)

nunciam a deitar abaixo um sistema de injustiças. Essa tarefa não lhes aparece mais como possível.

Assim, pois, para que haja realmente uma luta de classes, para que todo o proletariado organizado entre na batalha contra o capitalismo, não se trata apenas de que exista antagonismo de interesses entre os capitalistas e os assalariados, mas, isto sim, trata-se de que os assalariados esperem, em virtude mesma das leis da evolução histórica, o advento de uma nova ordem na qual, a propriedade deixando de ser monopolística, deixando de ser particular e privada, torne-se social, a fim de que todos os produtores associados participem ao mesmo tempo da direção e dos frutos do trabalho.

E' preciso, pois, que os interesses em presença, tomem consciência de si mesmos, como sendo, se posso dizê-lo, já duas sociedades opostas, em luta: uma, a sociedade de hoje, inscrita no título da propriedade burguesa; a outra, a sociedade de amanhã, inscrita no cérebro dos proletários.

E' essa luta de duas sociedades no sociedade de hoje que é um dos elementos necessários à luta de classes.

E, enfim, há necessidade de uma terceira condição para que haja luta de classes. Se o proletariado puder esperar sua libertação, se ele puder esperar a transformação da ordem capitalista em ordem coletivista ou comunista, por parte de uma autoridade neutra, arbitral, superior aos interesses em conflito, ele jamais tomaria em suas mãos a defesa de sua causa.

E' isso que pretendem os socialistas cristãos, alguns dos quais reconhecem a dualidade, o antagonismo dos interesses, mas que dizem ao povo: "Não se revoltam, não se organizem, há uma potência benfazeira e celeste, o poder da Igreja que fará descer sobre todos nós, sem que vocês se sublevarão a justiça fraternal".

Ora pois, se os trabalhadores acreditassem nisso, se eles se entregassem à direção dessa potência do alto, não haveria jamais luta de classes. Não haveria luta de classes, ainda, se os trabalhadores pudessem esperar sua libertação da classe capitalista, por obra dessa mesma

classe privilegiada, cedendo ante um impulso de justiça.

Todos nós sabemos que, enquanto durou aquele período que Marx e Engels chamaram de "socialismo utópico", os socialistas acreditavam na libertação do proletariado feita de cima.

Robert Owen, o grande comunista inglês, apelava, para realizar a justiça social, às potências da Santa Aliança reunidas no Congresso de Viena. Fourier, nosso grande Faurier, esperava todos os dias a hora que ele havia marcado, a vinda do doador generoso que lhe traria o capital necessário para fundar a primeira comunidade, e ele esperava que apenas o exemplo dessa comunidade radiosa, propagando-se de lugar a lugar, estendendo, por assim dizer, os círculos de organização e de harmonia, seria suficiente para emancipar e alegrar os homens.

E mais tarde, de um outro ponto de vista, Louis Blanc imaginava que era a burguesia, sob a condição de que ela voltasse a certas inspirações de 1793, quem poderia salvar o proletariado. No fim de sua História dos Dez anos, ele convidava a classe burguesa a se constituir em tutora dos operários.

Enquanto o proletariado pôde esperar por tutores, tutores celestes ou tutores burgueses, enquanto ele pode esperar sua libertação por outras potências que não as suas, outras forças que não as suas, não houve luta de classes.

A luta de classes começou no dia em que, graças à experiência das jornadas de junho, o proletariado aprendeu que era somente em sua força e em sua organização que ele trazia a esperança de salvação.

E' assim que o princípio da luta de classes, que supõe em primeiro lugar a divisão da sociedade em duas grandes categorias contrárias, os proprietários e os não-proprietários; que supõe em seguida que os proletários tenham tomado consciência da sociedade de amanhã e da experiência coletivista, é assim que a luta de classes é completada pela convicção adquirida pelo proletariado de que ele deve se emancipar por si mesmo e que ele pode, sozinho, se emancipar.

JEAN JAURES

Longe do controle popular...

(Conclusão da 1.a pag.)

conselhos no âmbito nacional, estadual e municipal. Ai se detem a sua estrutura; não chega ela até o eleitor comum, até o cidadão comum, até o homem como unidade formadora da sociedade. Não chegando à base popular, os partidos são armações flutuantes que pairam longe, acima e fora do alcance da opinião pública.

Ora, quando tem de resolver um problema que em última análise, será solucionado pelo povo, nas urnas, há dificuldades de se encontrar o bom caminho porque teme-se que ele não corresponda aos reais interesses das massas eleitorais.

Se os partidos aliciassem suas fileiras no homem do po-

vo, se lhes dessem oportunidade de manifestar livremente sua opinião, e se a acatassem e discutissem, é claro que, no momento oportuno, saberiam, sem dificuldade, achar o caminho a seguir.

Não podendo encontrar essa orientação consentânea com o interesse do homem do trabalho, o que se vê é a articulação das forças conservadoras com laivos acentuados de reacionarismo, no sentido de indicarem um candidato e iniciarem sua pregação na base fictícia e demagógica da proteção ao trabalhador. Também, é quase certo, aparecerá um candidato demagógico à frente de uma campanha de promessas incriveis, em ambiente carnavalesco de folia e

A Nova Lei de Férias

(Conclusão da 5.a pag.)

rias, somente, porque os dias em que permaneceu "à disposição do empregador" são mais de duzentos dias e menos do que os doze meses do período aquisitivo do direito de férias.

O mesmo se dá com relação à escola seguinte, de sete dias. Se o empregado, dentro do período de doze meses de vigência do contrato de trabalho permaneceu "à disposição do empregador" menos de 200 e mais de 150 dias, por qualquer motivo (auxílio-enfermidade, licença, acidente do trabalho, etc.) o seu período de férias será de sete dias, apenas.

A nova lei trouxe apenas duas modificações relativamente importantes ao regime de férias dos empregados, estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho. A primeira é a que se refere à concessão dos 20 dias para os empregados que não hajam dado mais que seis faltas, justificadas ou não. O número de empregados nessas condições é muito grande e, portanto, a modificação trouxe algum benefício a muitos trabalhadores. A segunda é a que diz respeito ao artigo 134 da Consolidação, onde se introduziu um item novo, para esclarecer que o empregado afastado do serviço, por motivo de inquérito administrativo continua a ter direito à contagem do tempo, para efeito da aquisição do direito a férias. Quer dizer, quando um patrão for obrigado a reintegrar um empregado com direito a estabilidade no emprego, terá de pagar, além dos salários do tempo de afastamento desse empregado, as férias correspondentes a esse tempo de afastamento.

A lei n.º 816 não estabeleceu critério para a sua aplicação aos empregados cujos períodos de férias já se tivessem vencido ou se vencessem após a entrada da lei em vigor. Surgiram, assim as dúvidas e as "interpretações" dadas por alguns advogados de organizações patronais, naturalmente favoráveis aos patrões. Os sindicatos operários não se manifestaram a respeito, dando a sua "interpretação", pois, como é sabido, os "interventores" que o Ministério do Trabalho designou para tomarem conta dos sindicatos nada mais sabem fazer do que consumir o dinheiro do imposto sindical e promover homenagens ao snr. Ministro que lhes garante o emprego.

A interpretação exata que se impunha, para a aplicação da lei n.º 816 é a seguinte: Tratando-se de uma lei de aplicação imediata, regulando o gozo das férias, pelos empregados e não o direito a férias, em si, todo o empregado que até a entrada da lei em vigor não tivesse gozado férias, passaria a ter o direito de gozá-las de conformidade com essa lei nova. Quer dizer, mesmo que o período aquisitivo das férias estivesse vencido antes de 24 de outubro de 1949, quando a nova lei entrou em vigor, o empregado teria direito a vinte dias, e não quinze, desde que ainda não tivesse iniciado, até aquela data, o gozo das férias, e desde que não tivesse mais de seis faltas ao serviço, durante o período aquisitivo.

Mas parece que na Justiça do

irresponsabilidade. E o eleitorado, atônito, ficará sem saber como decidir e preparará de qualquer forma mais um quinquênio de sofrimento, e esforço para o povo brasileiro.

Esse será, provavelmente, o desenlace melancólico da já tão longa e controvertida situação política brasileira.

A. CORREA NETO

Trabalho em São Paulo não é essa interpretação que está prevalecendo e sim a interpretação patronal, mais favorável aos patrões e que é a mais falha, do ponto de vista jurídico. Já decidiu a Justiça do Trabalho, em um caso que apreciou, que os empregados que tiveram o seu período aquisitivo de férias vencido antes da vigência da lei, isto é, antes de 24 de outubro, só têm direito a 15 dias e não a 20, como estabeleceu a lei nova. Segundo essa decisão, a referida lei nova só se aplica aos empregados cujos períodos aquisitivos do direito a férias se venceram posteriormente a 24 de outubro.

Contra essa interpretação errônea e patronal, entretanto, entendemos que se deve protestar o lutar, através dos recursos legais, tentando soluções diversas em outros tribunais.

A pequena vantagem conquistada pelos trabalhadores, com a lei n.º 816, sem dúvida, não deve ser desprezada. Cinco dias a mais, no período de férias, para um empregado dedicado e esforçado no emprego, representam um benefício razoável. Mas não se deve alimentar ilusão alguma com pequenas concessões desse gênero, como já dissemos em nota anterior. A nova lei foi feita mais no interesse da burguesia do

que no do proletariado. A burguesia brasileira, empenhada como está na "batalha da produção" quer estimular por todos os meios possíveis a frequência dos trabalhadores ao serviço. Daí esse "direito" a mais cinco dias de férias, aos empregados "abnegados" e "bons" que não faltem mais que seis dias num ano de trabalho, mesmo por motivo de doença ou qualquer outra causa imperiosa. O que os trabalhadores devem considerar é que no Brasil a exploração do trabalho pelos capitalistas é das mais brutais que se conhecem, que cada dia de trabalho, se representa um salário de 50, 80 ou 100 cruzeiros, também representa outro tanto de lucro para o patrão e que, assim, os cinco dias a mais, nas férias, em troca de maior frequência ao serviço, podem representar até maiores lucros para o capitalista empregador.

A reforma do sistema de férias pela qual deve se bater o proletariado e pela qual, certamente, se baterá, quando tiver sindicatos livres dos "pelegos" nomeados pelo Ministério do Trabalho, deve ser muito mais ampla do que aquela que pingou, minguadamente, do atual Congresso Nacional, com a lei n.º 816.

ADVOGADO

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guararã, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46
2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209
11.º andar - Salas 1.104-6-8-10
Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORREA

RUA FRADEQUE COUTINHO, 303
R. CONS. CRISPINIANO, 79
5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502
R. San. Paulo Egídio, 61 - 3.º
SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138
3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.
Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL
ABERTA A TODOS
OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE
Xavier de Toledo, 46 - 3.º
CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA
Rua da Estação, 13
TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO
FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.
Ap. 2 - Tel.: 4-0027
SÃO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— A L F A I A T E S —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

JUSTIÇA DO TRABALHO

N. R. — Nessa Secção procuramos dar aos trabalhadores, leitores de nosso jornal, algumas noções práticas sobre questões trabalhistas, que possam servir-lhes de orientação. Nela, também, responderemos a todas as consultas que nos forem dirigidas, por empregados de quaisquer categorias, sobre dúvidas ou questões que tenham em andamento.

A NOVA LEI SOBRE FÉRIAS

Alguns companheiros pedem-nos opinião sobre a modificação introduzida na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente a férias, pela lei n.º 816, de 9 de setembro de 1949. Por isso vamos tratar novamente deste assunto, que já foi abordado nestas notas.

A lei n.º 816 entrou em vigor no dia 24 de outubro de 1949, ou seja, quarenta e cinco dias depois da sua promulgação. Note-se, desde logo, que houve patifaria na redação final da lei. Quase todas as leis trazem no final um artigo que diz: "Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação". Com a lei n.º 816, porém, isso não aconteceu. E, não tendo sido declarada a data em que entraria ela em vigor, a prazo da sua vigência iniciou-se 45 dias depois da sua publicação no "Diário Oficial", de acordo com o artigo 1.º da Lei de Introdução ao Código Civil. Essa "omissão" não foi casual, certamente. Ela teve em mira "avisar" os patrões que 45 dias depois entraria em vigor a nova lei, aumentando o período de férias para os empregados, em certos casos, afim de que eles, patrões, tivessem tempo de conceder as férias aos empregados que já tivessem seus períodos vencidos, ainda pelo regime antigo.

A nova lei alterou os artigos 132 e 134 da Consolidação das Leis do Trabalho. Os períodos de férias passaram, assim, a ser fixados de acordo com a seguinte escala:

a) — vinte dias úteis aos empregados que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses e não tiverem dado mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não;

b) — quinze dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses;

c) — onze dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos dias;

d) — sete dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de duzentos e mais de cento e cinquenta dias.

"Ficar à disposição do empregador" significa estar o empregado em trabalho, executando ordens ou aguardando ordens do patrão. Por exemplo, se durante uma semana a fábrica fica paralisada, por falta de serviço e o patrão ordena que seus empregados permaneçam em casa "aguardando ordem" para voltar ao serviço, esses dias de paralisação são contados como de serviço ativo, para o efeito de período de férias, porque durante eles os empregados "estão à disposição do empregador".

Os vinte dias de férias são, pois, concedidos ao empregado que tiver trabalhado os doze meses completos sem dar mais que seis faltas, justificadas ou não. Se nesse período de doze meses tiver dado mais de seis faltas, ainda que seja por doença, acidente do trabalho ou qualquer motivo justificável, terá direito a menos dias de férias, isto é, quinze ou onze, conforme o caso.

Os quinze dias de férias são concedidos ao empregado que tenha trabalhado (ou permanecido sem trabalhar por ordem do patrão) durante os doze meses mas haja dado mais de seis faltas nesse período. Por exemplo, se o empregado trabalhou os doze meses, mas, nesse período deu dez ou quinze faltas ao serviço, mesmo que elas sejam justificadas, só tem direito a quinze dias de férias.

Os onze dias de férias são concedidos ao empregado que tenha trabalhado menos do que os doze meses e mais que duzentos dias. Por exemplo: um empregado admitido ao serviço em 5 de janeiro de 1949 completa o período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, que lhe dá direito a férias, a 5 de janeiro de 1950. Se nesse período, porém, esteve afastado, em gás de auxílio-enfermidade durante dois ou três meses, isto é, não esteve "à disposição do empregador" durante esses dois ou três meses, terá direito a onze dias de férias.

(Continua na 4.ª pag.)....

O PORQUE DE NOSSA LUTA CONTRA OS COMUNISTAS

David Rousset

Com este artigo, damos sequência à publicação dos debates travados entre David Rousset e Jean-Paul Sartre, sobre os problemas atuais do movimento socialista, e que foram publicados sob o título "Entretiens sur la politique".

No passado, as diferenças das tendências no seio do movimento operário se operavam quase sempre, por um lado, em relação à denúncia da exploração burguesa e, de outro lado, em relação às divergências da corrente anarquista e da corrente

socialista no mundo operário. Desde 1917, até aos sete ou oito últimos anos, a luta se desenvolveu não mais entre anarquistas e socialistas, mas entre leninistas e reformistas, a princípio e, depois, entre a corrente comunista — em seu enorme desenvolvimento stalinista e de outro lado uma pequena ala de vanguarda reduzida, mais ou menos "trotskista", e secundariamente com tendências que exprimiam a democracia proletária no terreno sindical mas que

não possuíam uma armadura ideológica e política precisa. Todas essas oposições se apresentam sempre em face do stalinismo como polêmicas no interior de uma mesma classe, como crítica de uma empresa comum mal encaminhada pelos dirigentes. De um lado e de outro, a polémica podia às vezes tomar uma violência extrema, mas permanecia entre representantes de uma mesma classe embarcados na mesma aventura histórica. A diferenciação hoje se faz sempre em relação à crítica da exploração burguesa e a luta contra os partidos que a representam. Quanto à diferenciação com o velho reformismo, a História encarregou-se de desqualificá-la inteiramente.

A diferenciação com o stalinismo não segue o mesmo curso. Não se trata mais de uma discussão entre pessoas que participam da mesma empresa. O stalinismo é o partido político de uma nova formação social histórica em que o Estado, proprietário da economia explora as massas trabalhadoras. A diferenciação se faz hoje portanto entre os "anticapitalistas estatizadores", e a democracia revolucionária que retoma a herança do marxismo e do socialismo na sua vontade de transformar as relações de produção e de realizar essa transformação pelo controle democrático das massas trabalhadoras sobre o novo Estado e a nova economia. Creio que aí é que está a verdadeira diferenciação de hoje em dia.

O Partido de de Gaulle argumenta assim: "Os comunistas são uma quinta coluna a soldo de Moscou que segue uma política contrária a nossos interesses, à nossa tradição, a nossa cultura; devemos pois combater e reduzir essa 5.ª coluna; mas notamos sua influência decisiva sobre a classe operária; essa influência, devemos constatar, transforma necessariamente a luta contra a 5.ª coluna na luta contra a classe operária inteira; não podemos reduzir o PC a não ser derrotando o conjunto do proletariado". O MPR governamental, os radicais, os ministros da SFIO tipo Jules Moch, raciocinam da mesma maneira, apenas com maior rigor lógico e mais tremores na

TRIBUNA DA DISCUSSÃO SOCIALISTA

A DEMOCRACIA PARTIDÁRIA EXIGE O RESPEITO AOS ESTATUTOS E REGIMENTOS

A liberdade total de expressão gerou no Partido Socialista um legítimo clima democrático, que se estende a todos os organismos do partido desde a base até a direção máxima. Sob esse atmosfera, brotou a disciplina que norteia o comportamento dos companheiros, como consequência da segurança do exercício da liberdade a todos igualmente conferido.

Muito raramente, no funcionamento partidário, folheam-se os estatutos em busca das suas disposições, e, na maioria das vezes, para verificação de ordem processual atinentes à organização formal de reuniões, à prática de votação ou outro ato da mesma natureza. E' claro que, de vez em quando, necessidade de aplicação de normas penais por violação de estatutos ou regimentos cometida por companheiro, do que, entretanto, jamais se livrará qualquer aglomerado humano regido por um sistema.

Se uma vez por outra surge a transgressão individual dos estatutos, notícia não tínhamos tido de violação praticada por um organismo, ou melhor, por uma assembleia.

O apelo ao rigorismo formal não é característico das reuniões e decisões partidárias, mas a liberalidade no trato dos estatutos é prática perigosa e pouco recomendável. Mormente quando é uma assembleia o seu autor.

O artigo 7.º, § 2.º, dos estatutos estabelece a obrigatoriedade dos grupos se reunirem ordinariamente cada 15 dias. Por sua vez, o artigo 1.º, § 1.º, do regimento interno da Comissão Municipal da Capital condiciona o direito de representação dos grupos nas assembleias municipais à realização de, pelo menos, metade das reuniões ordinárias, no interregno daquelas assembleias.

Na última assembleia, verificada a 14 de Dezembro p. p., foi impugnada a representação do determinado grupo porque seus membros não tinham efetuado reunião alguma no intervalo que mediou os duas assembleias, salvo uma, realizada às vésperas do dia 14, e especialmente dedicada à eleição do delegado do grupo. A assembleia, entretanto, julgou improcedente a impugnação e admitiu o delegado, cometendo flagrante violação estatutária e regimental.

Não se cuida, no caso, da simples verificação do fato, da assimilação do erro formal em que laborou a assembleia, para o efeito de mera advertência quanto à intangi-

bilidade estatutária. Trata-se de, lembrando a gênese dos dispositivos maculados, salientar a extensão do mal cometido e os perigos que dele pode acarretar.

A vitalidade do partido está na base, como das raízes sobre a seiva para o fortalecimento do árvore. Da vida funcional do grupo, e da regularidade desse funcionamento, resulta a verdadeira atividade política do partido. Daí os estatutos determinarem o mínimo de reuniões que deve o organismo realizar. Não para que se crie artificialmente, por



meio da obrigatoriedade, a sua vigência, tanto que nos estatutos são omissas as sanções. O regimento da comissão municipal é que as estabelece. As leis partidárias não coagem os membros à militância, mas seria impolítico identificar os grupos, relativamente a certas faculdades, conferindo-lhes igualmente aqueles cujas atividades de base são eficientes e aos que nada produzem. A atividade continua harmoniza o companheiro com as funções do partido, alerta as suas antenas para o interesse momentâneo, mantém mobilizada a sua inteligência, fecunda a sua convicção nas tarefas em execução. Esse, o companheiro preparado para comparecer a uma assembleia e decidir os problemas, eleger os membros diretivos que com ele ombream nas missões e trabalhos, traçar planos de ação tendo em mente a realidade partidária e o ambiente político em que eles devam projetar-se.

E' bem diversa a situação dos membros grupais que se afastaram do ativismo, que se desmoralizaram do interesse político-partidário, que relaxaram na sua afetividade ao socialismo.

Numa terra em que os partidos burgueses modificam diariamente a

sua fisionomia, os sabor das emoções imediatistas e interesseiras, em que os politiqueros tresandam defecções e conseguem ainda surpreender com atos de adesão ao adversário de ontem, em que esses gestos e mais os atos dos legislativos são comandados pelo governo capitalista e pelos centros patronais da indústria e do comércio, impõem-se ao companheiro a presença alerta e a disposição de servir o partido. Do contrário, passará indene pelo seu grupo a lei de segurança, a do petróleo, o projeto n.º 209 e outras barbaridades.

Inadmissível, portanto, se torna outorgar legitimidade representativa ao grupo que não viveu o partido, o seu programa, as suas atividades.

Estamos em vésperas de eleição e, nessa época, sabemos bem, o partido é procurado por muita gente. Desse contato ocasional tem resultado a aquisição de bons companheiros que hoje militam de modo apreciável. Devemos acautelar-nos contra o infiltração de elementos cuja finalidade é ligar-se ao pleito, exclusivamente. Não seria facultado desviarmos nos estatutos, maximé quanto à representação em assembleias, que conseguiríamos obstruir o processo ambicioso dos socialistas de última hora.

Sem dúvida, foi um lamentável erro, cuja reedição esperamos não assistir.

Embora não tenha se corporificado, na citada assembleia esboçou-se uma controvérsia a respeito da interpretação dos dispositivos invocados, cujo esclarecimento seria interessante tentar-se fazer.

Dispõem os estatutos, art. 7.º, § 2.º, que o grupo deve reunir-se ordinariamente de quinze em quinze dias, ou seja duas vezes por mês. O regimento convalida a representação dos grupos que tenham efetuado metade das reuniões ordinárias no interregno dos assembleias. Entendem alguns que terá representante o grupo que realizar a metade do mínimo das reuniões previstas pelos estatutos, isto é, contando-se duas por mês e dividindo-se o total por dois. Assim não entendemos. O regimento refere-se claramente à metade reuniões ordinárias e estas, segundo os estatutos, são duas por mês. Consequentemente, subsistirá a delegação do grupo que tiver promovido uma reunião por mês durante o espaço de tempo que separar as duas assembleias municipais.

LUIZ LOPES COELHO

(Continua na 7.ª pag.)

vencida. Estava vitorioso — nos setores fundamentais da economia americana — o princípio de que à indústria e só a ela cabe fornecer os fundos necessários para atender às necessidades do operário doente, inválido, desempregado ou velho.

Devemos ressaltar, a propósito dos fatos relacionados, que a tendência a transferir para o Estado as obrigações das classes dirigentes, ainda não se manifesta nos Estados Unidos com a mesma intensidade e clareza que notamos nos países capitalistas da Europa. A classe capitalista ainda conserva nos Estados Unidos, em grau relativo, a capacidade de dirigir a economia e o país. Não se mostra desejosa de transferir os seus privilégios para um Estado democrático ou fascista. Mas, em função mesmo dessa circunstância, a classe operária se mantém relativamente imune às ideologias fascistas, comunistas ou de capitalismo de estado, e mantém intacta a sua organização, a sua consciência de classe, embora reformista, e a sua capacidade de luta.

Não devemos sobreestimar o significado dos movimentos grevistas descritos. Não resta dúvida que representam um sensível progresso em relação às clássicas greves, puramente reformistas, por aumento de salários e diminuição da jornada de trabalho. Constituem uma fase mais elevada no processo histórico da luta de classe no seio do regime capitalista. São mesmo, até certo ponto, um ataque de flanco contra as próprias bases do regime capitalista. Não se trata, entretanto, de uma superação clara e definitiva do espírito reformista, inevitável nos países onde o regime capitalista ainda se mostra capaz de assegurar um relativo bem estar à maioria da população. O proletariado americano ainda não conseguiu tornar-se consciente do fato de que do capitalismo, embora ainda vigoroso nos Estados Unidos está definindo, apodreando e se decompondo em escala mundial. A falta desta consciência faz com que não veja ainda a necessidade da luta contra o regime capitalista, como sistema econômico e político, visando a instauração do regime socialista. A deformação nacionalista ainda não foi corrigida por uma dose razoável de espírito internacionalista.

Passa à ofensiva o proletariado norte-americano

(Conclusão da 8.ª pag.)

Apesar das restrições feitas, é inegável que assistimos a uma nova fase da luta de classes nos Estados Unidos. O proletariado americano representa hoje a fração mais poderosa, mais organizada e mais imune a ideologias estranhas, da classe operária mundial. É inegável

que em condições objetivas adequadas ela representará o fator mais importante e mais decisivo na derrocada do sistema capitalista e da instauração do socialismo. Organizado em Partido Trabalhista, atingindo o poder, o proletariado americano estará em condições bem mais favo-

ráveis de que o inglês, de instaurar o socialismo e inclinar a balança, em escala mundial, a favor do socialismo democrático. É esta, praticamente, a única perspectiva favorável, em um mundo dividido em blocos imperialistas antagônicos e rivais, em véspera de desencadear uma

hecatombe de consequências imprevisíveis. Se existe uma possibilidade concreta de uma terceira força socialista e democrática, ela só será realidade se tiver como espinha dorsal o proletariado americano, organizado como força política independente.

Felbus Gikovate

Ademar x Lira

(Conclusão da 1.ª pag.)

tescos: grandes anúncios comerciais oferecendo fotografias do "mocinho", através de auto-elogios ociosos.

Além do ridículo, o caso de polícia. O anúncio custa cada vez em cada jornal milhares de cruzeiros. Eles saem em talvez centenas de jornais em todo o país. Há mais os caríssimos programas de rádio, os caríssimos cartazes espalhados por todo o Brasil. Ao fim da campanha, temos de calcular que ela terá custado bilhões de cruzeiros. Será tão rico o governador?

Se este fosse um país policiado, já se teria procurado averiguar a fonte desse dinheiro.

Lamentável que a turma de médicos escolhesse para homenagear um tal aventureiro e em meio de tal aventura. Sabemos que o pretexto — o motivo para aqueles que não tinham segundas intenções — foi a criação do Hospital das Clínicas de S. Paulo.

Mas os "dessous" dessa eleição universitária têm segredos muito interessantes. O "professor" do sr. Gaspar Dutra pleiteava para si o lugar de homenagem especial. Seus amigos alegavam não sei que favores oficiais. Mas acontece que o governo do sr. Dutra recusou construir o Hospital de Clínicas do Rio, desfazendo-se até do terreno já adquirido para isso. E, assim, a eleição do demagogo paulista foi — mais talvez do que uma homenagem a ele — um revide, uma picardia ao governo federal e seu "professor". Tanto que ninguém do governo foi convidado para a colação de grau, ou se algum membro do governo o foi, nenhum compareceu.

O homenageado especial não fez discurso no ato de colação. Deve ter sofrido muito: não poder aproveitar plenamente uma solenidade por definição apolítica para fazer a sua propaganda. Coragem

não lhe faltaria para isso. Mas se o próprio não pôde fazer propaganda para a assistência do Municipal, as estações que irradiaram a cerimônia o fizeram para seus ouvintes. No discurso do orador da turma apareceu de repente outra voz: era o disco de uma das arengas semanais do governador alardeando suas benemerências. Depois, esse programa irradiou ainda o trecho em que o orador da turma se referiu ao locutor dos Campos Eliseos.

Vêm os jovens médicos como — a despeito de todas as boas intenções — sua escolha de homenageado acabou pela utilização da solenidade em mais um "show" da propaganda do demagogo da "Caixinha".

Durante a festa caiu das torrinhas uma chuva de papéis onde se chamava o homenageado de "assassino do povo" recordando os crimes da polícia paulista.

Esse ato de empatia-para-eres foi atribuído aos comunistas, eleitores arrependidos do governador de S. Paulo.

Outros insinuaram: não teria sido coisa da "polícia do Lira", como vingança por não ter sido o seu chefe o homenageado especial?

OSORIO BORBA

A farsa sindical

(Conclusão da 1.ª pag.)

Paulo, o comp. Pimenta vê-se afastado do STIG no momento em que dirige, com outros militantes gráficos, a luta contra a Junta Governativa, no sentido de conseguir eleições livres no seu sindicato.

Valendo-se de um pretexto legal dos mais absurdos, cumpriu a Junta Governativa a sua missão, impedindo, portanto, que a voz de um dos mais ardorosos militantes se fizesse ouvir na sede do STIG. Entretanto, a luta da corporação gráfica não cessará,

colística dos textos segundo a linha oficial do Partido. Não é outra coisa senão um instrumento que serviu e serve o grupo stalinista na sua luta contra as frações internas. Desde o início especializou-se não em anunciar conceitos próprios, mas em criticar trabalhos de camaradas. Uma de suas obras é a crítica das teorias filosóficas de Bukharin, quando este já havia caído em desgraça.

Na revista teórica do P. C. húngaro, Tarsadalmi Szemle, esse serviu empregado do Kominform expôs o problema da literatura e da disciplina do partido em relação com o último livro de Lucacs, a quem acusou de cosmopolitismo e de menosprezar a cultura soviética. Na realidade, a compilação dos artigos de Lucacs refere-se a um período anterior à instauração da democracia popular, e pronunciava-se pela liberdade do espírito e contra as ingerências reacionárias, feudais e capitalistas. Não foi difícil Lucacs a demonstrar que seu livro fora escrito em uma época em que, segundo as próprias palavras de Rakosi, ainda não se havia decidido se a Hungria marcharia pela senda da democracia burguesa ou se pela popular. O livro foi concebido justamente para facilitar a passagem da atualidade húngara pelas posições democráticas, não se tratando, portanto, de coloridas perspectivas socialistas. Lucacs, ao mesmo tempo que se defendeu, atacou a Rudas, recordando-lhe que somente os social-democratas pediram, em 1945, mudanças parlamentares. Além do mais, reconheceu não ter tido na conta suficiente a existência da literatura soviética; porém, essa lacuna inconsciente é devida a sua falta de conhecimento do que significa tal literatura. Finalmente, prometeu retificar seu livro, fazendo as modificações solicitadas.

Depois de haver-se dobrado, como se é obrigado, à literatura soviética — "nenhum progresso é possível se não nos adaptamos à literatura da UR

com a eliminação de João da Costa Pimenta. Os gráficos de São Paulo, hoje como ontem, saberão encontrar o caminho de sua libertação, expulsando os agentes patronais do seio de seu sindicato, hoje, sombra do que foi nos dias gloriosos de ontem.

Vicissitudes da literatura...

(Conclusão da 3.ª pag.)

SS" — Lucacs atreve-se a acrescentar "mas nenhuma imitação serviu nos ajudará a criar a forma do socialismo húngaro". Chega, inclusive, a denunciar o espírito sectário de Rudas, afirmando que "a concepção da uma literatura dirigida por um partido, por via administrativa, de acordo com os pontos de vista desse partido ou classe, é um erro grosseiro". Lucacs permite-se advoogar o direito de representar em seu país uma variante do socialismo autóctone e pedir uma autonomia relativa do escritor, por ser amigo íntimo de Rakaso. A sombra de seu poderoso amigo, nosso homem se atreve, ainda, a defender os valores do ocidente, e tem o valor teórico de exprimir uma idéia original. O livro será, não obstante, retirado e modificado, uma vez que, por detrás da insignificante Rudas estão os extremistas do Kominform, Geroc e Rivai, os irredutíveis discípulos de Zhdanov. E Lucacs ter-se-á tratado pela quarta vez.

(De "La Batalla")

O que é feito das...

(Conclusão da 8.ª pag.)

cotidianos dos nossos jornais, pensaram em fazer desaparecer o mais rapidamente possível os tão incomodos "chapas brancas", e assim o fizeram. Mas que fizeram para esse desaparecimento súbito? Ora, que inocente pergunta... Mudaram as chapas dos carros oficiais. Sim senhor. Tomando as devidas providências para que o fato não desse na vista do povo, a maior parte das chapas brancas foram simplesmente mudadas para a cor comum, isto é, alaranjadas, e algumas permaneceram brancas para que o povo não desconfiasse. Quando a esmola é demais o pobre sempre desconfia...

Esse episódio, adicionado a alguns outros mais, daria assunto para um livro que por força de circunstâncias com toda a certeza se chamaria "Um Povo Ludibriado Por Uma Cáfala Que Se Diz Homens Públicos".

Essa mudança de placas de automóveis é quase inacreditável, mas investigue quem quiser e acredite se quiser.

Alaôr Dalla Déa.

SOCIALISMO EM MARCHA

(Conclusão da 8.a pag.)

tica desse movimento socialista foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Londres, em 1871, ou seja a I Internacional.

As mesmas fases do processo ideológico por que passou a formação do socialismo científico se vão apresentando na evolução do movimento socialista, nos diferentes países. Eis aí demonstração de que a experiência intelectual e política se não transmite cabalmente de um povo a outro, de uma geração a outra. Mas requer para tanto condições de evolução adequadas. Assim, a experiência e os ensinamentos dos fundadores do socialismo científico não foram suficientes à boa marcha do movimento socialista. Em cada parte do mundo, o movimento sentiu e sente as quedas e contramarchas do desenvolvimento social local.

A II Internacional não foi capaz de congragor os socialistas europeus. A III Internacional marcou mais profunda divisão do movimento socialista. Enfin, a IV Internacional e o Kominform são um atestado de que o movimento socialista carece de novas bases; é mister o retorno a suas fontes ideológicas. Não há socialista liberto de sectarismo ou imune de pruridos oportunistas que não reconheça a necessidade da congregação socialista internacional, como primeira indicação de fidelidade aos princípios clássicos do socialismo científico.

No Brasil, repetimos, o movimento socialista começou a estruturar-se em 45. As diferentes correntes organizaram-se, posteriormente, em 47, no Partido Socialista Brasileiro, que é, por dizer, face a seus estatutos, verdadeira frente popular socialista.

Mas voltemos a divisão que o comentarista descobriu no nosso incipiente movimento socialista.

A última convenção nacional partidária revelou efetivamente a existência de diferentes tendências. Todavia, integradas na frente partidária, cruzadas em resoluções comuns, através do debate democrático, emprestam ao movimento unidade consciente e sólida. Quais são essas tendências? Antes de sua definição, forçoso é admitir que atualmente não há intelectual ou político emancipado, no país, que não reconheça a ju-

lência do regime capitalista (da nosso, pelo menos) e a necessidade de copilar da reestruturação social e econômica na base de novo sistema. Em princípio, a precisão do regime socialista é ponto pacífico nas discussões teóricas. Dai surgirem socialistas de diversa origem, mas com um só desejo: a unidade do movimento socialista frente à derrocada do capitalismo. Assim, poderíamos descobrir socialistas de origem liberal, que o comentarista classificou de "liberais socializantes"; ou seja, liberais que tomaram o caminho do socialismo, mas não "socializaram" sua formação cultural de fond em comble. Descobriríamos socialistas de 30, oriundos do "tencntismo", em cuja ideologia política predomina a preocupação da regeneração administrativa e da moralidade pública: esses foram apeti-

dados de "moralistas socializantes". Há católicos que admitiram, por compreensão dos tempos e esclarecido sentimento de caridade, a necessidade do socialismo, acceitaram que se deve modificar a estrutura econômica em favor da justiça social. Fundamentam seus pontos de vista em amplo e profundo movimento de renovação da filosofia escolástica, conhecido sob o nome de "economia e humanismo". Foram cognominados pelo comentarista desabusado de "socialistas cristãos".

Descobrimos ainda os ativos, inflamados e teorizantes "socialistas revolucionários", procedentes do esquerdismo trotsquista, os quais têm evoluído para a idéia da comunhão socialista e vão abandonando o sectarismo que os exacerba quando agrupamentos de guerrilheiros ideológicos. Mais serenamen-

te denunciaram-se os "socialistas populares", constituídos na maior parte pelos que se afastaram do movimento de Prestes, em 45, e que defendem como reivindicação imediata a frente popular antifascista. Notaríamos ainda aqueles que adotaram o socialismo por moda, classificados na categoria de "snobismo socializante", os quais vão desertando com o progresso do próprio movimento. Não faltam, como toda organização política de oposição, os oportunistas de todo jaez e políticos embucados, cujo jôgo feio logo se descobre.

Formam o núcleo principal do movimento os socialistas que designaríamos pura e simplesmente como socialistas. Apegados aos princípios clássicos do socialismo científico, desprovidos de sectarismo e possuidores do realismo político, representam o centro

do movimento que objetiva o acongratamento socialista e para o qual gravitam todas as tendências.

Os debates da convenção demonstraram que há unanimidade em torno dos pontos capitais. Todos desejam a unidade ideológica da classe operária em aliança com as camadas populares na luta pela democracia. Todos condenam as reivindicações puramente obreiristas o combatem a demagogia e o caudilismo, como o clericalismo e o militarismo. Visam alcançar o socialismo e liberdade, ou seja a libertação da classe trabalhadora com o progresso social e a difusão a toda a sociedade dos grupos da cultura humana. Os socialistas formam uma única frente e constituem uma única força: a força invencível do povo rebelado!

Antônio Franca

Os EE. UU. E A ALTA DO CAFÉ

(Conclusão da 8.a pag.)

preços dos implementos agrícolas — é o Dr. Otávio Paranaçu quem argumenta — subiram em trezentos por cento, os fertilizantes em duzentos e os tratores em cem por cento. Esta disparidade de preços, a razão tremendamente acentuada entre o custo dos produtos manufaturados essenciais por que devem pagar os países agrícolas e os preços que estes obtêm no mercado internacional para os seus produtos, exige um reajustamento econômico que nem mesmo a presente alta de preços conseguiria estabelecer.

Insiste o senador em que há interesses de especuladores forçando a alta artificial do produto — artificial para ele — apesar de ter o próprio funcionário do Departamento de Estado, no Rio de Janeiro, declarado enfaticamente que não. Declara o sr. Gillete que as declarações não lhe são absolutamente satisfatórias e que interesses de especuladores se escondem por detrás da alta. Mas não fala na "Atlantic & Pacific", importante cartel monopolizador que controla a metade das exportações do café brasileiro para os Estados Unidos.

Ao Brasil, nessa coisa toda, compete apenas o papel de quintal da noção do senador. Com os seus lucros em dólares absorvidos em grande parte pela própria "A & P" e pelos fretes obrigatórios em barcos norte americanos, com as suas parcos reservas devoradas pelos preços escarchantes do material de que necessita para a sua própria sustentação agrícola, já não dizemos desenvolvimento, ao Brasil cabe, tão somente, o papel de bezerro de ouro.

A política errônea adotada pelo nosso governo, em assuntos de tal importância, a inferior posição de nação semi-colonial, a necessidade de um controle do Estado sobre a produção, distribuição para consumo interno e exportação de nosso principal produto, como o faz a Argentina, com o trigo, são os pontos que brotam, espontâneos, e se agigantam, nessa questão. De resto, a continuarem as exportações de café no ritmo atual, as reservas brasileiras desse produto estarão esgotadas antes que a colheita de 1950 esteja disponível para exportação, em julho daquele ano.

A recente alta, que tanto assusta os centros monopolizadores do co-

mércio do café representados pelo senador Gillete, acabará, no fim, por se tornar em prejuízo para o nosso país, que terá que atender, de qualquer forma, aos atuais contratos da Bolsa de Nova York. Mais tarde, quando os nossos estoques estiverem esouridos, o mercado norte americano ficará inteiramente à mercê da competência, com alguns produtores de café superior ao nosso. Isto é tanto mais dramático quanto se levarmos em conta que o Brasil, apesar de se colocar numa posição "top ranking" como exportadora do produto para os Estados Unidos, não é, entretanto, o primeiro por valor médio de libra exportada. A Colômbia, que exporta menos da metade que o Brasil, arrecada em dólares, por libra embarcada, quase o dobro do que nós.

A história é muito longa, envolve questões muito sérias, em torno do nosso tão decantado General Café, e à medida que o comentarista avança no assunto, novos capítulos se vão abrindo à sua mente. Sem incluir, nisso tudo, a parte que cabe a Getúlio Vargas e a famosa política de "quotas de sacrifício" adotada pelo Departamento Nacional do Café, política que resultou, agora, alguns anos depois, no sacrifício do povo brasileiro, que paga Cr\$ 22,60 por quilo de café que custava menos de 3 cruzeiros em 1939, quando trinta por cento de nossa produção era então incinerado.

Mesmo agora, ainda, apesar de ter o café obtido alta para cinquenta dólares por libra, mais de setenta por cento da nossa produção já foi vendida a trinta dólares. Apesar do que, o senador Gillete insiste na existência de interesses ocultos — interesses que o governo brasileiro não tem a visão suficiente para defender, interesses que, afinal, até o momento, se têm revertido em benefício de grupos monopolísticos norte americanos como a "Atlantic & Pacific" e outros.

Se esse senador Gillete soubesse o sentido que tem para nós, no girar chulo, o seu sobrenome, talvez pudesse, então, compreender um pouquinho do papel sórdido que está representando nessa tremenda força capitalista que são as suas investigações sobre as altas dos preços do café.

EDIE AUGUSTO DA SILVA

O porque de nossa luta...

(Conclusão da 5.a pag.)

voz. Quando a nós, afirmamos, nossa luta contra os comunistas é consequência lógica de nossa luta contra o capitalismo. Nós queremos promover uma estrutura econômica em que o Estado desapareça, em que os trabalhadores manuais e intelectuais decidam democraticamente de seus destinos, em que o curso da história humana torne-se consciente e racional. Pensamos que essa transformação é hoje tecnicamente possível; que esses últimos vinte e cinco anos, tão cheios de derrotas, são de uma estupefante riqueza documental em tudo o que trata da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. Temos atualmente uma visão infinitamente mais prática e mais realista do que a que se podia ter em 1918. E isso precisamente graças aos erros, aos fracassos, aos sucessos parciais desde que se os estudos de desapassionadamente, sem querer transformá-los em deuses ou monstros, e que se procure superá-los.

Nós sabemos com precisão, por exemplo, o que é que nós não queremos. Não queremos substituir a exploração e a opressão capitalista, por uma exploração e uma opressão estatais muito mais negras ainda. Sabemos que tal coisa é o resultado da transformação do Estado em dono da sociedade, o que acarreta inevitavelmente a transformação do proletário em servo concentracionário. Sabemos que a política dos comunistas stalinistas leva à realização prática de tal sistema. O que unifica em profundidade nossa luta contra a exploração capitalista e a exploração estatal é nossa recusa em aceitar a opressão social e seu cortejo de privilégios, mistificação e obscurantismo, qualquer que seja a roupagem apresentada. Nossos únicos apoios são os que se revoltam contra a opressão e os que sofrem com ela. Eis porque não renunciamos à classe operária. Renunciar a ela significaria para nós renunciar a todo o resto, isto é, a perder nossa razão de ser. Eis porque recusamos a pretensa identificação entre a classe operária e a política stalinista. E' no próprio seio da classe operária que levamos a diferenciação. Não por razões de tática, mas em virtude da natureza de nossa filosofia e de nossa política que exprimem a vontade de viver livre da escravidão, seja qual for a aparência apresentada pelo explorador.



COMISSÃO MUNICIPAL DE BAURU'

— É a seguinte a Comissão Municipal do Partido Socialista Brasileiro, de Bauru, aprovada pela Comissão Executiva Estadual: Presidente, Nabor da Graça Leite; secretário geral, Pericles Calvino Libero Mainardi; secretário, Armando Turletti; tesoureiro, Luiz Martins Junior; secretário de arrecadação, José Lemos de Almeida; secretário de Propaganda, Benedito Escobar; secretário de finanças, Brás Lemos de Almeida; secretário sindical, Guilherme Merighi; secretário de educação e assistência, Mario de Oliveira Hattozino.

SOCIALISMO EM MARCHA

RECIFE:

Certo comentarista revelou a existência de várias correntes ou tendências no movimento socialista em nosso país. Acontece que enumerar parte delas somente e definiu-as incorretamente.

O aparecimento das idéias marxistas no Brasil não é recente. Demonstraram-no os últimos estudos sobre a Revolução Praieira, em especial os de Amaro Quintas. Socialistas ou socializantes houve no Império. Durante e após a guerra de 14, irrompeu verdadeiro surto de idéias socialistas. Boa parte de egressos do anarquismo, cuja propagação entre nós é dos começos do século, formaram entre os que constituíram o Partido Comunista, que data de 22.

Mas movimento socialista digno do nome como tal podemos dizer que se inicia com a declaração de princípios da Esquerda Democrática, em 45.

Não desejamos com isso recusar aos "comunistas" atuais sua qualidade de adeptos do socialismo. Destacamos embora o Partido Comunista, por que efetivamente se vem orientando, seja por lítica, erro ou debilidade ideológica, dentro de normas disciplinares rígidas, estranhas aos princípios e objetivos socialistas, as quais dão ao partido de Presetes um caráter caudillesco.

Mas não somente os "comunistas prestistas" são os únicos socialistas existentes fora do atual Partido Socialista Brasileiro. Há, no Brasil, anarquistas, sindicalistas e outras categorias de socialistas livre-atiradores, dispersos.

O Partido Socialista congregou a maior porção de socialistas de diversa origem e tendências várias que estavam fora do Partido de Presetes.

Com risco de lapsos ou equívocos, pois não há literatura idônea acessível em que

nos bascar, porém tão somente a experiência da militância e a tradição oral, poderíamos enumerar sucintamente essas diversas tendências. Remontam ao movimento socialista mundial, ou antes, têm identidades com correntes ou fenômenos análogos do movimento socialista na Europa.

O socialismo, aqui, como em toda a parte, surge de idéologias pequeno-burguesas.

Constituiu-se em ideologia revolucionária e proletária a passo que o movimento operário se desenvolve e vai assimilando as idéias correntes. A intelectualidade, em geral de procedência burguesa ou aristocrática, toma o caminho da classe operária, em virtude de sua visão de conjunto do movimento social e histórico. Foi assim que surgiram o socialismo utópico, o anarquismo, o sindicalismo, o nihilismo e o socialismo científico.

O socialismo científico é a ideologia clássica do movimento operário. Mas como concepção científica se impõe a toda a sociedade. Pois, como disseram e demonstraram seus fundadores: "libertando-se, a classe operária liberta toda a humanidade". A mais autêntica representação poli-

(Continúa no 7.a pag.)

Estudante Socialista preso num Comício no Rio

Mais uma violência policial ocupou no começo deste mês o noticiário dos jornais do Rio. Quando era inaugurada a nova sede do Grupo do Andaraí do PSB e em meios as solenidades, a um carro da Radio Patrulha que desde cedo se encontrava nas proximidades, chegou perto da multidão que não pudera entrar no prédio e escutava os discursos na porta da rua, efetuando a prisão do acadêmico Geraldo Mesquita, presidente do Grupo sob a alegação de que os estudantes estavam realizando um comício sem consentimento das autoridades competentes.

O estudante foi conduzido

para a Chefatura de Polícia e Social ali permaneceu durante toda a noite, sendo solto no outro dia por intervenção do advogado do Partido.

Antes os deputados Hermes Lima e Domingos Velasco estiveram na Chefatura de Polícia que nenhuma providência tomara para soltar o estudante arbitrariamente preso. Explicando a prisão do rapaz, as autoridades disseram que a Radio Patrulha cometera um engano. Enquanto isto as liberdades asseguradas aos cidadãos pela Constituição continuam a ser cercadas pelas autoridades arbitrárias sob os mais absurdos pretextos.

Passa à ofensiva o proletariado norte-americano

As recentes greves nos E. U. A. rompem com a tradição reformista da classe operária americana

— II —

Nessa série de greves que estamos analisando, patenteou-se, no mais alto grau possível, a consciência de classe tanto do proletariado como da burgue-

sia. Os trabalhadores que estavam com a razão, objetiva e historicamente, falavam uma linguagem clara, decidida e não usavam subterfúgios. Argumentavam os dirigentes sindicais que à indústria e só a ela, cabe, ao lado do pagamento de salários adequados, atender às necessidades médicas e hospitalares dos operários, e assegurar-lhes pensão na velhice. Não viam eles razão porque as máquinas mereciam um tratamento melhor que os homens. Aquelas contavam com assistência técnica permanente, enquanto os operários doentes, inválidos ou velhos eram entregues à própria sorte, à mercê da caridade, da filantropia ou do magro auxílio do governo. Os patrões, como sempre apelando para princípios abstratos da moral humana, se recusavam a identificar o homem com a máquina. Prontificavam-se a contribuir com a taxa exigida para o fundo de assistência, mas teimavam em recusar-se a ser os únicos

contribuintes. Não queriam, de maneira alguma, aceitar o princípio geral, pela qual lutavam as massas sindicalizadas, de que à indústria e só a ela cabiam os onus decorrentes da doença, invalidez e velhice dos trabalhadores.

A luta foi árdua e longa. De um lado, a decisão, a consciência de seus direitos e sua força, e a disciplina dos trabalhadores, de outro, o poder econômico, as manobras e as chicanas da

burguesia se entrecrocaram em um embate sem precedentes. Venceu a classe operária. Os metalúrgicos e os operários da indústria automobilística viram suas reivindicações satisfeitas após algumas semanas de greve. Os mineiros foram derrotados no primeiro embate. Voltaram à liça com a semana de três dias de trabalho - greve parcial - e levaram os donos das minas de

(Continúa na 6.a pag.)

Folha Socialista

O QUE É FEITO DAS "CHAPAS BRANCAS" ?

Os companheiros devem estar lembrados da campanha encetada a tempos contra o desperdício de gasolina com os famosos carros oficiais, que transitavam pela cidade lotados por figurões e suas respectivas beldades, levando-as aos teatros, aos cinemas, a pique-niques, ao Parque Ibirapuera e a tantos outros lugares que nada tinham a ver com os serviços públicos, não é verdade?

Hoje em dia o paulistano já não ouve com aquela mesma intensidade os protestos contra os carros oficiais. Também não seria justo protestar contra uma coisa que afinal já foi corrigida, isto é, já não se vê tantos carros com chapas brancas, como outrora. Nosso povo, os jornais e todos os que protestavam contra a falta de vergonha na cara dos "pelegos", "donos" das "brinquinhas", calaram vendo-as desaparecer, como por um toque de magia.

Ora, é público e notório, o modo, ou melhor, a técnica toda especial que usam nossos homens públicos para a correção dos desmandos que já não podem ser encobertos às vistas do nosso pobre povo. Essa técnica consiste em encobrir esses desmandos sempre que possível, porém nunca em corrigi-los de vez.

Assim temos aquele famigerado caso das Assistências Públicas. Na falta delas foram compradas, ali por 1945, seis novinhas em folha, de um dos últimos tipos de luxo de fabricação norte-americana. Todos os jornais publicaram fotografias, fizeram grandes festas, mas nunca as tais ambulâncias transitaram a serviço público e até hoje não se sabe onde foram parar. Mais tarde compraram outras — nosso Estado é milionário, pode gastar à vontade — que afinal transitaram.

Aliás nossos "pelegos" têm a mania dos carros novos. A CMTC por exemplo, jamais teve dinheiro para aumentar seus empregados, mas o tem para comprar equipes e mais equipes de caminhões novos para os mesmos serviços em que a Light empregava caminhões de fabricação antiga que produziam o mesmo trabalho que os novos Chevrolets da CMTC. Dentro em pouco esses Chevrolets estarão inutilizados como tantos outros o foram.

Mas desviei-me do assunto. Como disse, os "chapas brancas" foram submetidos à mesma técnica de "cobertura" de "mancadas" usada e abusada por nossos "pelegozinhos". Espavoridos com o xingatório

(Continúa na 6.a pag.)

OS EE. UU. E A ALTA DOS PREÇOS DO CAFÉ

O senador Guy Gillete, presidente da sub-comissão parlamentar norte-americana que investiga as causas da alta dos preços do café constituiu-se, atualmente, no principal porta-voz dos interesses imperialistas do seu país, e a sua atitude recalcitrante, insistente, de que tal aumento se deveria a manobras dos países produtores, é de causar asco àqueles que acompanham, ainda que perfunctoriamente, o noticiário telegráfico sobre a questão.

Nessa matéria, todavia, duas vezes se levantaram, justiceiras, uma delas na palavra de um próprio funcionário do Departamento de Estado, o sr. Robert B. Elwood, da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, chamado a Washington pelo sr. Dean Acheson, especialmente para depor ante a sub-comissão do senador Gillete. Entretanto, se o depoimento do sr. Elwood se limitou a interpretar, de modo restrito, as razões que teriam motivado a alta dos preços de nosso principal produto de exportação em seu país, já o mesmo não sucedeu no que concerne às declarações do delegado brasileiro ante o Conselho Econômico e Social, da Organização de Estados Americanos.

O Dr. Otávio Parangará, o referido delegado, desmentiu aquele organismo, também em sessão especial

para tratar do assunto, a existência de qualquer monopólio internacional interessado na manutenção dos preços altos do café no mercado norte-americano, acrescentando que estes foram causados por reações normais da lei de oferta e procura. O delegado brasileiro salientou que o índice de preços de todos os gêneros alimentícios, por atacado, nos Estados Unidos, aumentou em 62%, desde 1946, acrescentando que "se os preços do café importado pelos Estados Unidos tivessem acompanhado os aumentos dos preços do atacado para os produtos agrícolas e manufaturados neste país, algumas nações existem que teriam acrescentado pelo menos cinquenta por cento às suas receitas em dólares obtidas mediante a venda de café no mercado norte-americano".

O senador Guy Gillete, expoente do ponto-de-vista de uma nação imperialista, não se conforma porque o preço do café tenha aumentado. Para ele, pouco importa que o aumento dos preços dos produtos norte-americanos exportados para os países produtores da rubiaca tenham aumentado entre 1939 e 1948 de forma assustadora, exercendo, assim, forte influência que se traduziu em maior custo da produção, naqueles últimos. Os aumentos dos

(Continúa na pag. 7.)

